

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL**

**DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL REFERENTE AO  
MÊS DE JANEIRO DO PROJETO “BUSCA ATIVA” DAS  
LOCALIDADES: ALBANO FRANCO E TAIÇOCA DE FORA**

Nossa Senhora do Socorro  
2021



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
**VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL**

**PREFEITO**

INALDO LUÍS DA SILVA

**VICE-PREFEITO**

ROBERTO WAGNER SANTOS DE CRUZ

**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

MARIA DO CARMO PAIVA DA SILVA

**SECRETÁRIA ADJUNTA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

AÍDA ALMEIDA SANTOS DE SANTANA

**DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

MARIA DE FÁTIMA LEITE GOIS

**DIRETOR ADMINISTRATIVO**

ELENILSON SANTOS LIMA

**DIRETORA FINANCEIRA**

JOSIMARY DOS SANTOS

## **FICHA TÉCNICA**

MICHELLE MARRY COSTA CAMPOS

**Assessora de Planejamento**

**Equipe de elaboração**

**TÉCNICOS SOCIAIS:**

ARMONI DA CRUZ SANTOS

JOSÉ ALVES DANTAS JUNIOR

MARIA DE LOURDES BARROS AVELINO

WINE SILVA DE SANTANA SANTOS CASTOR

**ESTAGIÁRIA DE SERVIÇO SOCIAL:**

THAYNARA MATOS SANTOS DE MENEZES

MARICELIA SANTOS DA SILVA COSTA

**Equipe Busca Ativa:**

**SUPERVISORAS DE CAMPO:**

ADRIANA DA CRUZ MACHADO

ALICE VITÓRIA NASCIMENTO SANTOS FERREIRA

JULIANA COSTA DALTRO

JULIANA RIBEIRO DE SOUZA

MARCELA SANTOS DE SOUZA

**VISITADORES SOCIAIS:**

ADELVAN CARLOS ALVES SANTOS

ANA CARLA DOS SANTOS OLIVEIRA

CLAUDIENE DA SILVA GUIMARÃES

DANIEL ANDRADE CRUZ

ERICLEIDE VIEIRA SANTOS RIBEIRO  
EVELLYN COSTA DE JESUS  
FABIANE ALVES MELO SANTANA  
HELGA LETÍCIA SANTOS DIAS  
IRLA CAROLINE SILVA NASCIMENTO  
JOANA SANTOS DA SILVA FERNANDES  
KEISE PRISCILA BARBOZA DOS SANTOS  
LORENA DAYANE SANTOS MATOS TAVARES  
LUZIMARE SANTOS SILVA  
MATHEUS MESQUITA DOS SANTOS

## **1. DADOS GERAIS DO ÓRGÃO GESTOR**

### **ÓRGÃO GESTOR**

Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS

### **CNPJ FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

14.810.888/0001-32

### **NATUREZA JURÍDICA**

Administração Pública Municipal

### **VINCULAÇÃO**

Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Socorro

### **ENDEREÇO**

Rua Nossa Senhora de Fátima nº 40 – SEDE. CEP 49160-000

(79) 2106-7430; (79) 2106-7431

[gabinete.assistenciasocial@socorro.se.gov.br](mailto:gabinete.assistenciasocial@socorro.se.gov.br)

### **UNIDADES GESTORAS**

Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS

Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	7
INTRODUÇÃO .....	8
DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO .....	8
EMPREGABILIDADE .....	9
DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL .....	10
PERFIL DO PÚBLICO DO CADASTRO ÚNICO PARA OS PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL .....	15
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA .....	20
BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA.....	22
EDUCAÇÃO.....	22
SAÚDE .....	23
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS .....	23
CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CREAS....	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	29
ANEXOS.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>

## APRESENTAÇÃO

O presente relatório versa sobre as atividades desenvolvidas durante o mês de janeiro do ano de 2021, pela equipe do Projeto “Busca Ativa”, assim como o diagnóstico socioterritorial realizado pela Vigilância Socioassistencial do município de Nossa Senhora do Socorro – SE. A apresentação dos dados ocorre em forma de quadros, tabelas e gráficos com análises e considerações sobre as localidades visitadas.

O trabalho tem caráter contínuo, por conseguinte, novas análises nascerão e mudanças tanto na produção quanto na apresentação de dados ocorrerão para que possamos nos aproximar da maneira acertada das reais prioridades no município. É importante destacar que o aprimoramento no registro dos dados é uma busca contínua, objetivando-se a construção de indicadores mensuráveis para monitoramento e mapeamento das regiões onde há maior incidência de situações de riscos e vulnerabilidades sociais. Vale lembrar que o estudo sobre as potencialidades de famílias e comunidades, considerando a existência de serviços públicos e de entidades não-governamentais, ainda deve ser feito a fim de complementar o atual diagnóstico, oferecendo caminhos possíveis e ações estratégicas para os equipamentos públicos e para a sociedade civil organizada responder às demandas que podemos identificar com as informações aqui apresentadas.

Por fim, consideramos que há lacunas a serem preenchidas no desenvolvimento das atividades e reconhecemos que há muito trabalho por vir, mas acreditamos que as informações sistematizadas até o momento contribuem para fomentar o debate, e dessa forma, auxiliar com a tomada de decisões estratégicas pelo órgão gestor da Política de Assistência Social no município. Ademais, esperamos que as informações aqui apresentadas sejam úteis para o trabalho de todas as pessoas que executam, defendem e/ou utilizam o SUAS.

Equipe de Vigilância Socioassistencial  
Nossa Senhora do Socorro – SE.

## **INTRODUÇÃO**

Dados podem não responder direta e imediatamente a situações de risco, vulnerabilidades sociais ou violações de direitos de famílias e pessoas. No entanto, quando organizados na forma de um diagnóstico, permite o planejamento de ações a médio e longo prazos, possibilitando a construção de estratégias de atuação que sejam capazes de orientar o trabalho futuro. Havendo informações que orientem o planejamento torna-se possível enfatizar o caráter proativo e preventivo de uma política social, atuando de forma a evitar que vulnerabilidades e riscos se agravem gerando violação de direitos.

Desde o início do projeto Busca Ativa – em julho de 2017 – a equipe de vigilância socioassistencial tem consolidado dados e buscado informações nos territórios para que se faça um diagnóstico socioterritorial. Buscar tais informações não está sendo difícil, porém, diagnosticar um município de grande porte e heterogêneo é sem dúvidas um dos maiores desafios enfrentados pela equipe. Dessa forma, o relatório que ora chega ao leitor, objetiva relatar as atividades realizadas pelos funcionários do Projeto “Busca Ativa”, projeto este vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Nossa Senhora do Socorro/SE.

Destaca-se que as atividades in loco estão sendo realizada com as medidas sanitárias necessárias, conforme Decreto 0.465 de 22 de Junho de 2020 que dispõe sobre estratégias de enfrentamento e prevenção em virtude da pandemia do coronavírus-COVID-19, no município de Nossa Senhora do Socorro/SE, onde ficou estabelecido o uso obrigatório de equipamento de proteção individual, indicado para cada atividade, em especial o uso de máscaras.

## **DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO**

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (consulta em janeiro de 2021):

- População estimada [2020] 185.706 pessoas;
- População no último censo [2010] 160.827 pessoas;
- Densidade demográfica [2010] 1.025,87 hab/km<sup>2</sup>;
- Área da unidade territorial [2019] 155,018 km<sup>2</sup>;
- Mortalidade Infantil [2017] 15,46 óbitos por mil nascidos vivos;
- PIB per capita [2018] R\$ 14.090,75.

## EMPREGABILIDADE

O Ministério da Economia pelo Novo Cadastro Geral De Empregados E Desempregados (Novo CAGED), apresenta que no mês de dezembro foram realizadas 360 admissões e no ano 4.021. No entanto, é importante ressaltar que os dados sobre empregos possuem uma dupla dimensão, ao passo que, o setor privado sinaliza as perspectivas de crescimento ou queda por bens e serviços e o setor público informa sobre a política econômica e as necessidades de formulação de políticas de emprego e distribuição de renda. O saldo de emprego no município se encontra no negativo, nos trazendo que no mês de dezembro o saldo de emprego de 28, e no ano acumulado é de -863.

O estoque, que é a quantidade de vínculos celetistas ativos, apresenta 15.625 vínculos no mês de dezembro.

**Tabela 1 – Saldo de Emprego no Município Dezembro/2020**

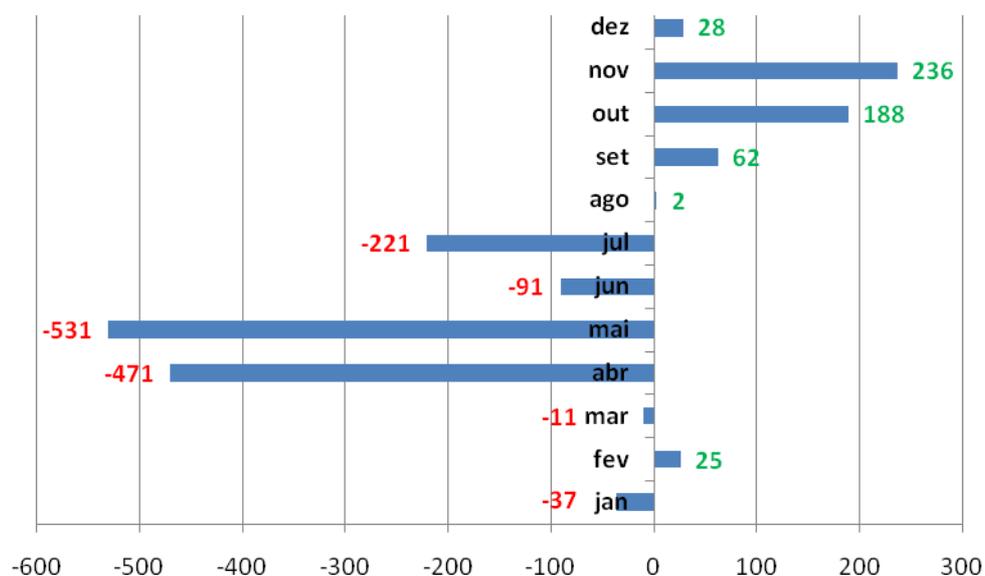
Período	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	ESTOQUE
Dezembro/20	360	332	28	15.625
Acumulado no Ano	4.021	4.884	-863	

Fonte: CAGED (janeiro/2021)

Atividade Econômica	dezembro		2020	
	Admissões	Desligamentos	Saldo	Estoque
Agropecuária	1	1	0	69
Comércio	120	139	-19	5.519
Construção	15	31	-16	569
Indústria	129	79	50	5.849
Serviços	95	82	13	3.619
Total	360	332	28	15.625

Fonte: CAGED (janeiro/2021)

**Figura 1 – SALDO DE EMPREGO CAGED 2020**



Fonte: CAGED (janeiro/2021)

## DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

As cidades também acreditam ser obra da mente ou do acaso, mas nem um nem outro bastam para sustentar suas muralhas. De uma cidade, não aproveitamos suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas as respostas que dá às nossas perguntas. Ítalo Calvino, em “As Cidades Invisíveis

Ao falarmos em território abre-se um leque de significados, no entanto todos são associáveis ao nosso cotidiano como: área, localidade, grande extensão de terreno. Porém, quando trazemos o termo para as ciências sociais percebemos que o território não deve ser entendido apenas em sua dimensão física, mas também em sua dimensão sociocultural.

Dizer isto é compreender o território não apenas como um conjunto de coisas existentes em um lugar, mas como território usado, pois ele além de chão é identidade e um espaço de trocas. Este espaço comporta indivíduos, famílias, coletividades e classes sociais que são usuários das políticas públicas. Como afirma Roberto DaMatta, ao se referir a casa e a rua:

Quando digo então ‘casa’ e ‘rua’ são categorias sociológicas para os brasileiros, estou afirmando que, entre nós, estas palavras não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas. (DaMatta, p. 14)

Nos dias atuais, o território vem adquirindo relevância no meio profissional, em especial na articulação do Serviço Social com as Políticas Sociais. Tratado muitas vezes em sua generalidade como “chão de políticas sociais”.

Ao buscar um lugar para habitar, o indivíduo não procura o espaço em si, mas uma relação, uma ligação com o lugar; mesmo que ele não racionalize estas questões. Por isso remoções podem destruir o sentimento de pertencer a um lugar e ocasionar em outros problemas como, por exemplo, a depredação a patrimônios públicos.

Compreendendo o território enquanto espaço dinâmico, movido por distintos interesses e relações sociais, o mesmo pode gerar situações de risco e vulnerabilidade sociais, expressadas, por exemplo, nas situações de pobreza e exclusão social. Os territórios podem unir ou afastar, segregar ou agregar, daí a importância da realização de um diagnóstico socioterritorial que articule tanto a dimensão física -delimitando política-administrativamente os territórios-, quanto a extensão sociocultural para compreendermos as interações socioculturais dos grupos envolvidos. Para que isto seja possível é necessário articular o conhecimento da realidade a partir das dinâmicas socioterritoriais e demográficas, como por exemplo, o acesso da população a serviços básicos a saúde, educação e habitação, etc. Este diagnóstico não deve ser compreendido como uma única etapa, uma vez que visa embasar o planejamento para as atividades desenvolvidas pelo Projeto Busca Ativa, ou seja, a identificação e o mapeamento das condições geradoras de risco e vulnerabilidade, assim como, seus possíveis potenciais à superação dessas condições.

Destarte, é importante que se destaque que “a rua que interessa”, adotando uma expressão de Magnani (1993), não é o espaço urbano em si, mas o espaço social da rua, cujos significados construídos pelos atos cotidianos o diferenciam e o tornam uma categoria sociológica de fácil entendimento. São os processos interativos, representativos e simbólicos relacionados à experiência vivida que constroem sociabilidades de rua, enquanto o espaço de uma vida pública (Leite, 2007).

Faz-se necessário agregar as informações da comunidade local, articulando-as com os dados obtidos pelos sistemas governamentais, proporcionando assim a construção conjunta do diagnóstico socioterritorial que se aproxime o máximo possível das necessidades das localidades abrangidas pelo projeto.

O espaço geográfico é assim produto e ao mesmo tempo o elemento determinante do movimento, o resultado da socialização da natureza e da própria totalidade que organiza a dialética da humanização- naturização enquanto o processo, num caráter de permanente continuidade. (Moreira, 2012 p. 26)

No que tange ao território de Nossa Senhora do Socorro – SE, este faz parte do território da Grande Aracaju, contando com uma população estimada de 183.628 pessoas, em 2019 e densidade demográfica de 1.025,87 hab/km<sup>2</sup>, conforme dados do último censo realizado pelo IBGE. Nas últimas 04 décadas a população socorrense cresceu significativamente, particularmente a partir de 1980 quando ocorreu a criação do Distrito Industrial de Socorro, passando de 9.346 habitantes em 1970 para 160.827 em 2010. Frisa-se que o atual Plano Diretor de Nossa Senhora do Socorro (Lei 1118/2015) subdivide o município em Sede, Complexo Jardim e Complexo Taiçoca, sendo a distribuição populacional de 2%, 29% e 69%, respectivamente. Cabe ressaltar que esse cenário de intensa urbanização e crescimento populacional resulta no aumento de situações violadoras de direitos, como o aumento do trabalho infantil.

Durante o mês de outubro, após as capacitações as atividades de trabalho em campo foram retomadas mediante o cumprimento ao Decreto 0.465 de 22 de Junho de 2020 que retona as atividades trabalhistas de forma presencial com as medidas sanitárias necessárias. É importante destacar que o ano de 2020 está sendo um ano atípico devido à pandemia do novo coronavírus (Covid-19) que assola o mundo inteiro. Assim, buscando garantir a segurança dos socorrenses, o prefeito municipal de Nossa Senhora do Socorro, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal declarou situação de emergência em saúde pública no município, através do decreto nº 19.899, de 16 de março do corrente ano, em razão de surto de doença respiratória (Coronavírus), dispondo as medidas necessárias para seu enfrentamento, previstas na lei federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.

Destaca-se que as epidemias podem acarretar o reconhecimento de estado de calamidade quando o Poder Público entende que as demandas impostas pela situação

extrapolam sua capacidade de resposta. Nesse sentido, as normativas federais identificam as calamidades públicas como situações que causam perdas, riscos e danos à integridade pessoal e familiar, razão pela qual demandam respostas imediatas do Poder Público como a prestação de benefícios eventuais. Com referência no que dispõe a Portaria nº 54 do Ministério da Cidadania, de 1º de abril de 2020, com o apoio da vigilância socioassistencial de âmbito local e demais políticas públicas, as equipes do SUAS precisam conhecer o território e a realidade da população que nele vive. Durante o ano de 2018, 2019 e 2020 a vigilância socioassistencial elaborou diagnósticos socioterritoriais. Portanto, o trabalho da vigilância socioassistencial foi fundamental, pois o que possibilitou mapear e identificar os territórios onde há maior incidência de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica, permitindo agir proativamente na garantia dos benefícios eventuais, oferecendo respostas rápidas às demandas que vão surgindo durante a pandemia. Ademais, o retorno da equipe de Busca Ativa para o trabalho em campo foi devidamente planejado para que pudéssemos atender inicialmente e de maneira urgente os territórios onde as situações de vulnerabilidade social e econômica estivessem mais evidentes.

As localidades visitadas durante o mês de janeiro foram Conjunto Albano Franco e Taiçoca de Fora. Houve ainda trabalho desenvolvido em parceria com a ONG Aquatro no Conjunto Neuzice Barreto para a regularização fundiária dos moradores do território.

A Taiçoca de Fora é um território com características mistas, com aspectos tanto rurais quanto urbanos, sendo atendido pelo CRAS Zilda Arns. Os moradores possuem um grau de escolaridade baixo, o que conseqüentemente, corrobora para o alto índice de desemprego. No território existe uma Unidade Básica de Saúde Prefeito Luiz Pereira da Silva, duas escolas Municipais e uma Estadual, espaços religiosos (evangélico, católico, centro espírita e de matriz africana), além de comércio local (mercearias, panificações e lanchonetes). A fonte de renda dos moradores é proveniente do setor primário (pesca), secundário (indústria) e terciário (bens e serviços).

O Conjunto Albano Franco, por sua vez, predominam características urbanas, onde há um comércio local relativamente desenvolvido, com mercearias, lanchonetes, salões de beleza, pequenas pousadas. Quanto às políticas sociais presentes, a localidade faz parte da área de abrangência do CRAS Professora Maria Luiza Dantas e da Unidade

Básica de Saúde Heitor Dias Soares. Há escolas particulares que atendem às demandas local, e no que diz respeito ao âmbito público, o conjunto é atendido por equipamento municipais e estaduais dos conjuntos vizinhos. No quesito religioso há espaços evangélicos, católicos, espíritas, candomblesistas, dentre outras designações.

Por sua vez, as atividades no Conjunto Neuzice Barreto consistiram numa parceria durante todo o mês de janeiro com a ONG Aquatro, que estava realizando a regularização fundiária dos moradores do local. As equipes de visitantes sociais – acompanhados por supervisor ou técnico social – realizaram a atualização dos CadÚnico dos usuários que compareciam devido ao chamamento da ONG.

Ademais, devido à pandemia a vulnerabilidade econômica aumentou, por isso, a Secretaria de Assistência Social, concedeu benefício eventual de cesta básica para as famílias socorrenses, atendendo também as famílias destas localidades.

É importante salientar que a base de dados de famílias com cadastros desatualizados há dois anos foi extraída da Consulta Seleção e Extração de Informações do CadÚnico -CECAD . Destaca-se que o Cadastro Único está regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, e outras normas. De acordo com o site do Governo do Brasil, ele definiu-se como: “um instrumento de coleta de dados e informações com o objetivo de identificar todas as famílias de baixa renda existentes no País. Devem ser cadastradas as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Famílias com renda superior a esse critério poderão ser incluídas no CadÚnico, desde que sua inclusão esteja vinculada à seleção ou ao acompanhamento de programas sociais implementados pela União, estados ou municípios.”

Destaca-se que foram realizadas **213** visitas nas localidades durante o mês de janeiro.

Ademais, a equipe de técnicos sociais, juntamente com as estagiárias de Serviço Social, esteve planejando e acompanhando as visitas domiciliares de atualização e averiguação dos cadastros do Programa Bolsa Família , digitando, conferindo dados dos cadastros, realizando encaminhamentos de situações de vulnerabilidade social e/ou econômica encontradas nos territórios além de lançar e consultar os Registros Mensais de Atendimento (RMA's), consultar o Cad SUAS , elaborar relatório anual de gestão e monitorando o planejamento de atividades de toda a rede socioassistencial para o ano de 2021. É função da vigilância sistematizar as informações em seu âmbito de atuação para facilitar o processo de planejamento e execução de serviços e, nos casos que se fizerem necessários, propor novas formas e questões para a coleta de informações.

## PERFIL DO PÚBLICO DO CADASTRO ÚNICO PARA OS PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL

As informações contidas no Cadastro Único para os programas do Governo Federal apresentam especificidades relativas ao público da política de assistência social. Após a leitura das informações demográficas acima, é importante conhecer o perfil geral das famílias e pessoas com cadastro atualizado, pois elas confirmam uma população em si, com suas características próprias a partir da perspectiva da assistência social, ou seja, representa a totalidade das pessoas que têm acesso ao Cadastro Único, instrumento primordial no conhecimento do público da Política de Assistência Social. As informações a seguir foram extraídas de consultas feitas no mês de janeiro de 2021, aos sistemas do Ministério da Cidadania:

**Tabela 2 – Dada Gerais das Famílias com Cadastro Único**

Famílias Cadastradas no Cadastro Único (outubro/2020)	<b>43.498</b>
Famílias Atualizadas no Cadastro Único (outubro/2020)	<b>30.832</b>
Famílias Beneficiárias Programa Bolsa Família (dezembro/2020)	<b>22.991</b>

Fonte: SAGI (janeiro/2021)

O Cadastro Único para Programas Sociais reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda – aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Essas informações permitem ao governo conhecer as reais condições de vida da população e, a partir dessas informações, selecionar as famílias para diversos programas sociais.

No Município, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em **outubro** de 2020 era de **43.498** dentre as quais:

- 26.469 com renda per capita familiar de até R\$ 89,00;
- 3.069 com renda per capita familiar entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00;
- 7.824 com renda per capita familiar entre R\$ 178,01 e meio salário mínimo;
- 6.136 com renda per capita acima de meio salário mínimo.

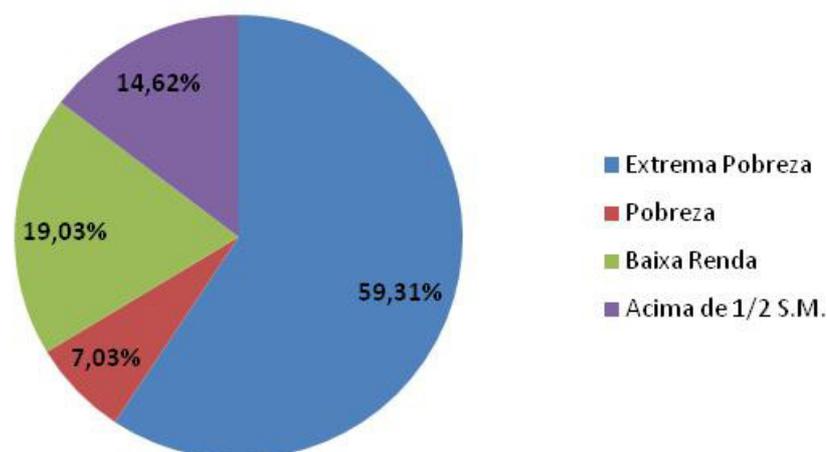
Segundo os dados do Cadastro Único 30.832 famílias estão com os cadastros atualizados, destas, há pelo menos 26.322 famílias que vivem com renda de até ½ salário mínimo, ou seja, 85% dos cadastros atualizados. Este é sem dúvida um dado preocupante e que sinaliza a urgência de medidas que reverta esse quadro.

**Tabela 3 – FAIXA DA RENDA FAMILIAR PER CAPITA DAS FAMÍLIAS ATUALIZADAS OUTUBRO/2020**

Faixa de Renda Familiar per Capta	Nº de Famílias	(%)
Extrema Pobreza	18.273	59,31
Pobreza	2.166	7,03
Baixa Renda	5.864	19,03
Acima de 1/2 S.M.	4.505	14,62
Total	30.808	

Fonte: SAGI (novembro/2020)

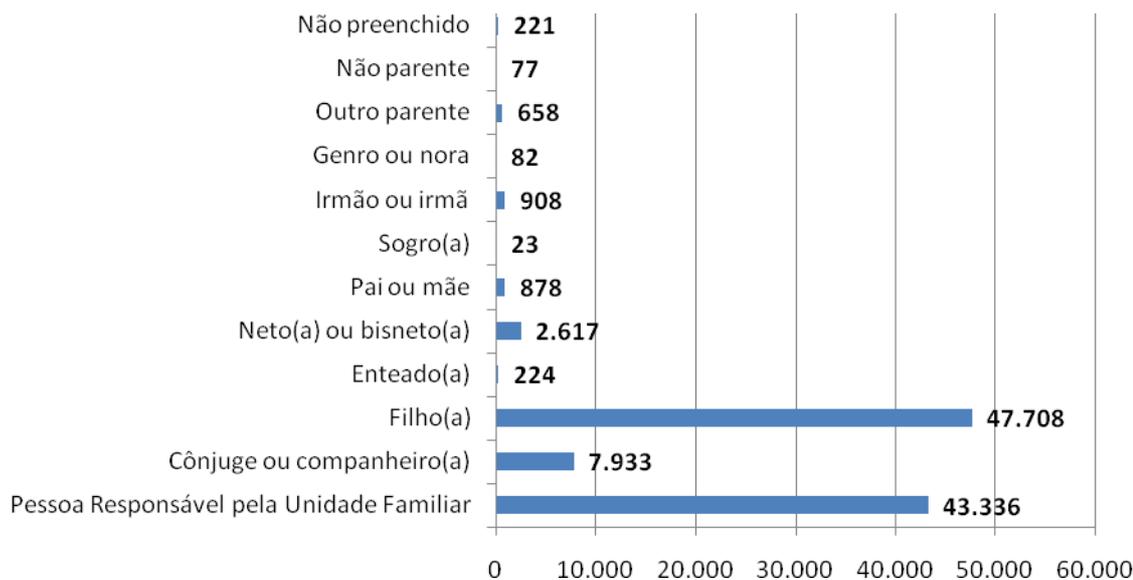
**Figura 2 – Percentual de Famílias de Acordo Com a Renda Per Capita Mensal Outubro/2020**



Fonte: SAGI (novembro/2020)

A composição familiar é um indicador que mostra a quantidade componente das famílias em relação ao responsável das famílias incluídas no cadastro, como se pode ver na figura 3.

**Figura 3 – Composição Familiar Outubro/2020**



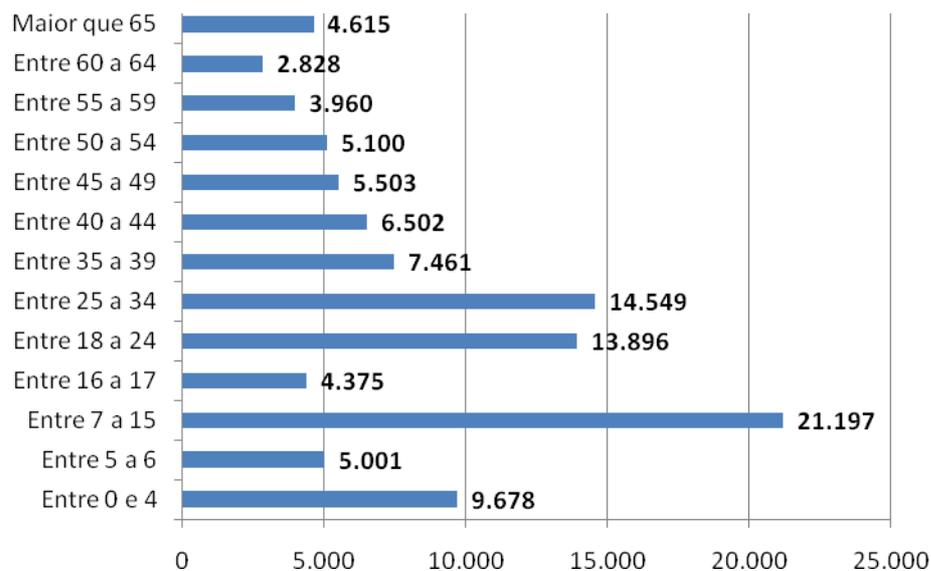
Fonte: CECAD 2.0/SAGI (novembro/2020)

A figura 3 nos informa que temos 43.336 responsáveis pela família (RF). Dos familiares que vivem com os RF, é possível ver que os filhos se destacam em relação aos demais, tendo 47.708 pessoas. Em contrapartida a quantidade de cônjuges ou companheiros é de 7.933.

Um dos indicadores importante para conhecimento do público é a faixa etária conforme é apresentada na figura 4, de todo o componente familiar.

A figura 4 apresenta a faixa etária dos cadastros, a idade com maior quantidade sendo compostas por crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 15 anos, que contabiliza um total de 21.197. Sendo seguido de jovens entre 25 a 34 anos, com 14.549 cadastros. O sistema está apresentando inconsistência em relação a quantidade de famílias e responsáveis familiares, em teoria deveria ser o mesmo valor, no entanto, está divergindo.

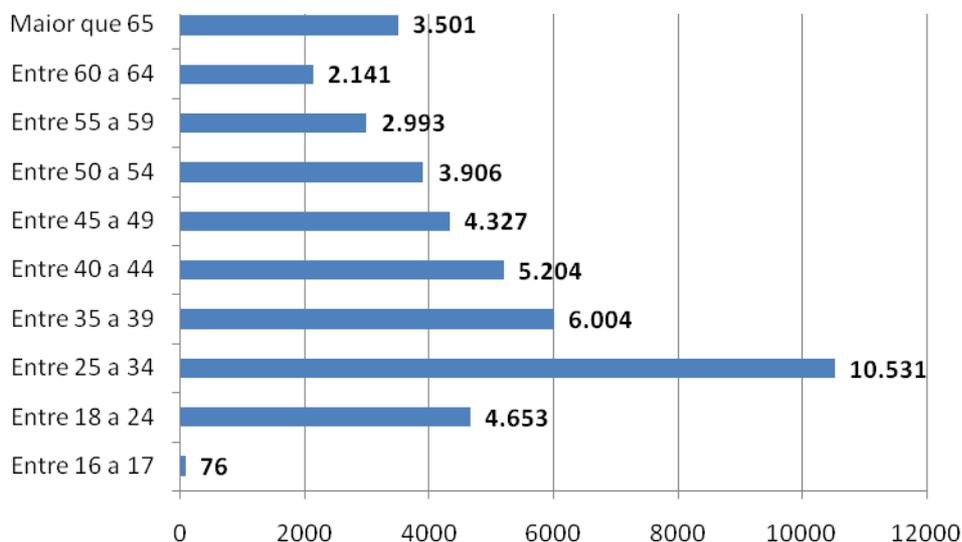
**Figura 4 – Faixa Etária dos Cadastros do CadÚnico Outubro/2020**



Fonte: CECAD 2.0/SAGI (novembro/2020)

A figura 5 apresenta a faixa etária dos responsáveis familiares, demonstra que a maior quantidade de RF's são jovens e adultos entre 25 e 34 anos, contabilizando 10.379.

**Figura 5 – Faixa Etária RF dos Cadastros do CadÚnico Outubro/2020**

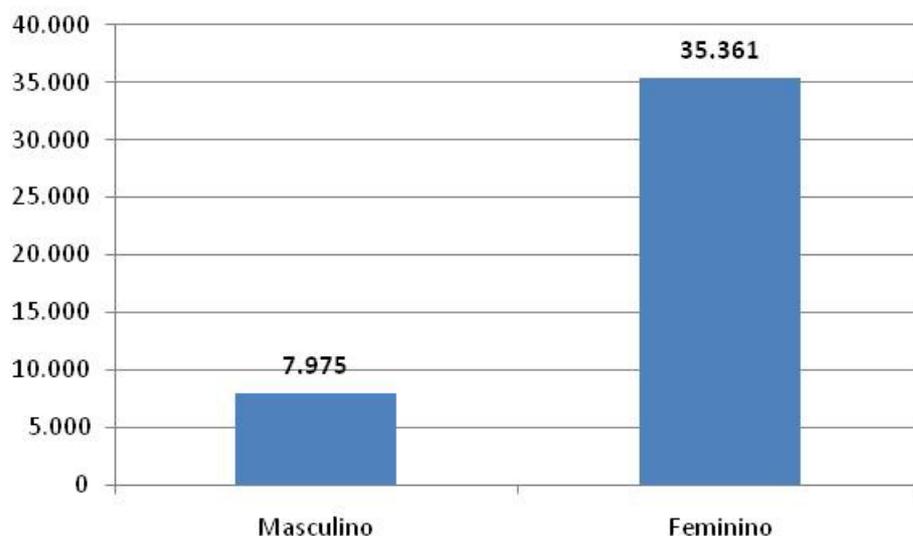


Fonte: CECAD 2.0/SAGI (novembro/2020)

A composição do cadastro apresenta que em junho 81,60% era composto por pessoas no sexo feminino, enquanto que, 18,40% é do sexo masculino. O Cadastro Único desde seu início era voltado para a mulher chefe de família, no qual teve seu início pautado no Bolsa Família, logo em seguida, sendo incorporado outros programas.

Abaixo a figura 6 apresenta o quantitativo dos responsáveis familiares por sexo, e se são beneficiários do programa bolsa família.

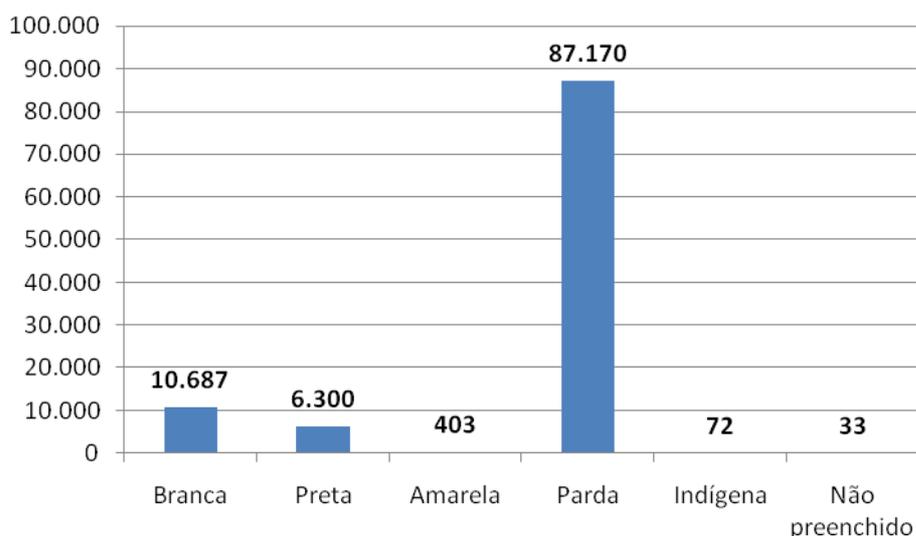
**Figura 6 – Sexo dos Responsáveis Familiares Outubro/2020**



Fonte: CECAD 2.0/SAGI (novembro/2020)

Em relação à cor ou raça das pessoas cadastradas, é expressivo que é composta por afrodescendentes, no qual a cor ou raça declarada pelo responsável familiar no momento do cadastro foi 87.170 parda e 6.300 preta. Enquanto que o número declarado de pessoas de cor ou raça foi 10.687 branca, 403 amarela e 72 indígena.

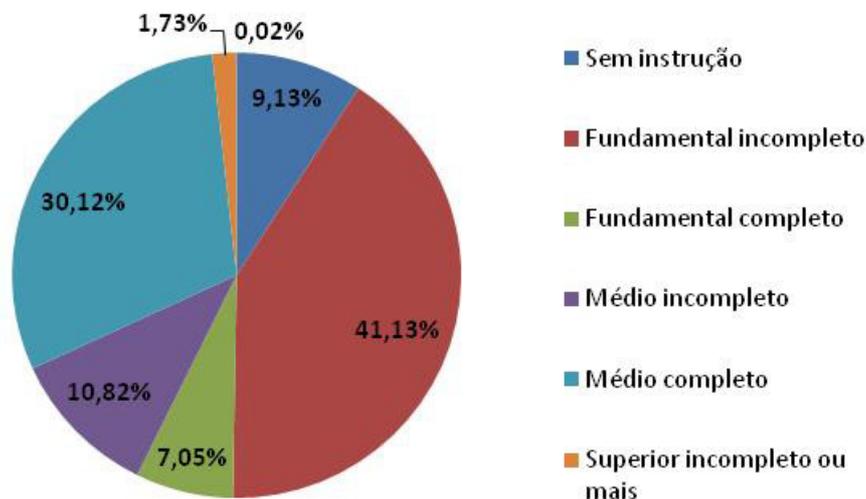
**Figura 7 – Cor ou Raça dos Cadastrados no CadÚnico Outubro/2020**



Fonte: CECAD 2.0/SAGI (novembro/2020)

A figura 8 apresenta o grau de instrução dos RF's, no qual nos apresenta que 17.826 pessoas têm ensino fundamental incompleto. Seguindo temos que 3.958 não tem instrução, que representa 9,13% do RF's.

**Figura 8 – Grau de Instrução dos Responsáveis Familiares Outubro/2020**



Fonte: CECAD 2.0/SAGI (novembro/2020)

## **PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

O Bolsa Família é um programa de transferência de Renda que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil e tem capacidade de integrar e articular várias políticas sociais, a fim de estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo para que estas superem a situação de vulnerabilidade e de pobreza. É importante destacar, que a gestão do Bolsa Família é descentralizada, ou seja, tanto a União, quanto os estados, o Distrito Federal e os municípios têm atribuições em sua execução do Programa.

No município, havia **22.991 famílias** beneficiárias do Bolsa Família no mês de dezembro de 2020 sendo **62.718 pessoas** diretamente beneficiadas pelo Programa. Dentre essas famílias, **89,4 %** dos responsáveis familiares (RF) eram do sexo feminino. O Programa prevê o pagamento dos benefícios financeiros preferencialmente à mulher, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da autonomia feminina tanto no espaço familiar como em suas comunidades.

Nesse mês, o número de pessoas beneficiárias do PBF equivalia aproximadamente a **33%** da população total do município, abrangendo **20.653 famílias**

que, sem o programa, estariam em condição de extrema pobreza. A cobertura do programa foi de **127 %** em relação à estimativa de famílias pobres no município. Essa estimativa é calculada com base nos dados mais atuais do Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No mês de **dezembro de 2020**, foram transferidos **R\$ 426.531,00** às famílias do Programa no seu município, e o benefício médio repassado foi de **R\$ 18,55** por família.

**Tabela 4 – Benefícios Bolsa Família dezembro/2020**

Total de Benefícios	
Básico	<b>22.655</b>
Variável	<b>26.287</b>
Jovem	<b>3.896</b>
Nutriz	<b>15</b>
Gestante	<b>374</b>
Superação da Extrema Pobreza <sup>1</sup>	<b>4.525</b>

Fonte: SAGI (janeiro/2021)

O Índice de Gestão Descentralizada (IGD) para os municípios (IGD-M) mede mensalmente as Taxas de Atualização Cadastral e de Acompanhamento das Condiionalidades de Educação e Saúde. Com base neste índice, que varia de 0 (zero) a 1 (um), são calculados os repasses financeiros que o Ministério da Cidadania realiza aos municípios para ajudar na gestão do Cadastro Único e do Bolsa Família.

**Tabela 5 – Índice de Gestão Descentralizada (IGD)**

IGD-M	Repassado em agosto/2020	Soma das parcelas de 2020
0,85	R\$ 74.946,53	R\$ 597.294,08

Fonte: Ministério da Cidadania, Secretaria Nacional de Renda e Cidadania - SENARC (agosto/2020)

Os repasses desses recursos são realizados pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) do município. O último repasse foi de **R\$ 74.946,53** com base no índice **0,85** do IGD-M referente ao mês de **agosto de 2020**.

Os valores financeiros calculados com base no IGD-M e repassados ao município no *exercício corrente* somam o montante de **R\$ 597.294,08**.

<sup>1</sup> O Benefício para Superação da Extrema Pobreza (BSP) é pago às famílias que, mesmo recebendo outros benefícios do PBF, continuam em situação de pobreza extrema (renda per capita mensal de até R\$ 89,00). O valor do BSP correspondente ao necessário para que a família supere os R\$ 89,00 mensais por pessoa e pode ter valores diferenciados para cada família.

## BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com mais de 65 anos ou a pessoa com deficiência que não possui renda suficiente para manter a si mesmo e à sua família, conforme os critérios definidos na legislação.

A Renda Mensal Vitalícia (RMV) é um benefício em extinção, mantido apenas para aqueles que já eram beneficiários até dezembro de 1995. A RMV foi criada em 1974, por meio da Lei nº 6.179/74, como benefício previdenciário destinado às pessoas “*maiores de 70 (setenta) anos de idade e os inválidos, definitivamente incapacitados para o trabalho, que, num ou noutro caso, não exerçam atividade remunerada*” e não recebiam rendimento superior a 60% do valor do salário mínimo. Além disso, não poderiam ser mantidos pela família bem como não poderiam ter outro meio de se sustentar.

Na consulta realizada no mês de janeiro ao sistema da SAGI, o BPC apresentou os seguintes dados, com base no mês de novembro/2020:

- Total de beneficiários pela fonte pagadora: **2.709**
- Total de beneficiários do BPC inscritos no cadastro único: **2.491**
- Percentual de beneficiários do BPC inscritos no cadastro único: **91%**

**Tabela 6 – Benefícios de Prestação Continuada em novembro de 2020**

	<b>Tipo</b>	<b>Beneficiários</b>	<b>Repassado em novembro/2020</b>	<b>Repassado em 2020</b>
<b>BPC Total de Beneficiários pela Fonte Pagadora</b>	PCD	1.883	R\$ 1.968.068,86	R\$ 21.213.471,69
	Idosos	826	R\$ 865.425,35	R\$ 9.114.226,27
<b>RMV Total de Beneficiários pela Fonte Pagadora</b>	<b>Tipo</b>	<b>Beneficiários</b>	<b>Repassado em novembro/2020</b>	<b>Repassado em 2020</b>
		20	R\$ 20.901,32	R\$ 223.511,32

Fonte: DATAPREV/Síntese (janeiro/2021)

## EDUCAÇÃO

Na área da educação, **18.749** crianças e adolescentes com perfil para acompanhamento das condicionalidades de educação precisavam ter a frequência

escolar acompanhada no quinto período (out/nov) de 2019. Dessas, foram acompanhadas **18.126**, uma cobertura de acompanhamento de **96,68%**. A **resultado nacional** é de **93,07%** de acompanhamento na educação.

## **SAÚDE**

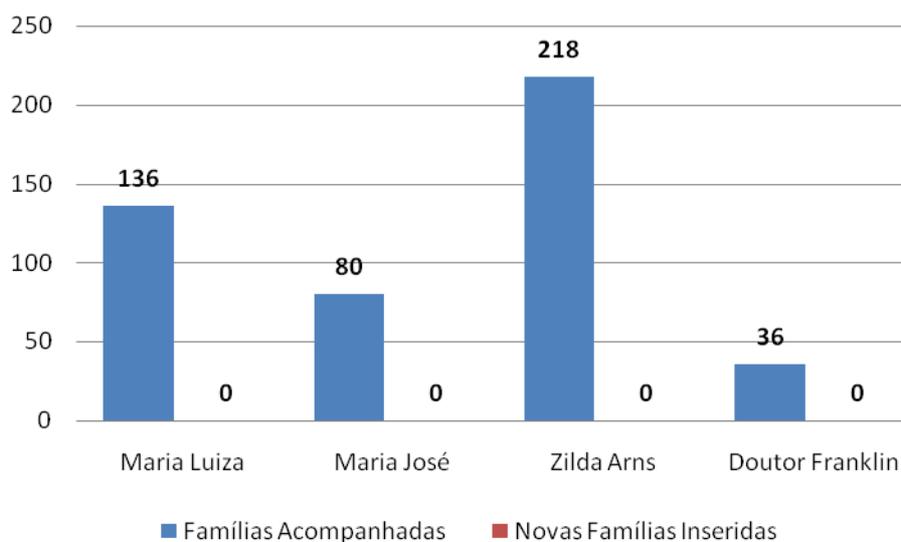
Na área da Saúde, **35.579 beneficiários (as)** tinham perfil para acompanhamento das condicionalidades de saúde no segundo semestre de 2019. Compõem o público para acompanhamento das condicionalidades de saúde as crianças menores de 7 anos e mulheres. O município conseguiu acompanhar **25.362 beneficiários(as)**, o que corresponde a uma cobertura de acompanhamento de **71,28%**. O **resultado nacional** de acompanhamento na saúde é de **79,71%**.

## **CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS**

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é a porta de entrada da Assistência Social. É um local público, localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, onde são oferecidos os serviços de Assistência Social, com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade.

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O serviço PAIF integra o nível de proteção social básica do SUAS. (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais).

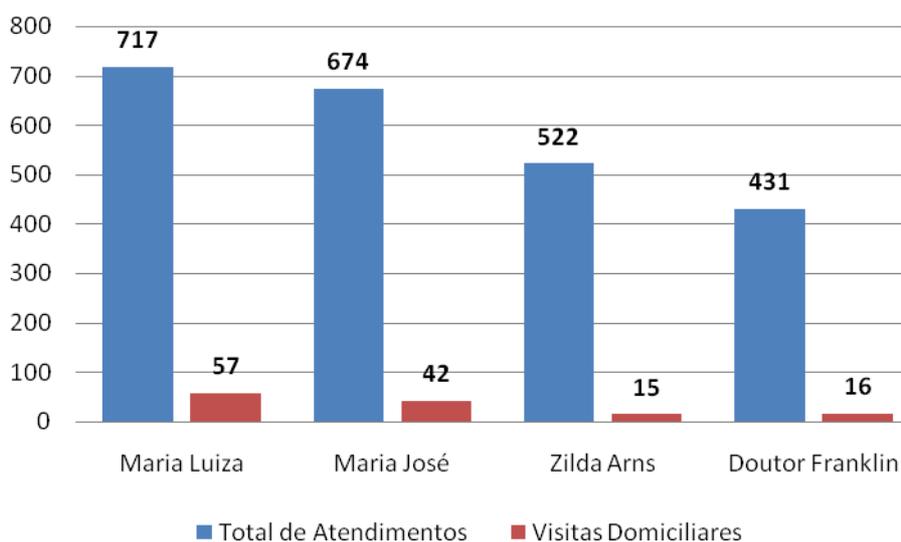
**Figura 9 – Volume de Famílias em Acompanhamento pelo PAIF  
dezembro/2020**



Fonte: SAGI (janeiro/2021)

Das diversas atividades do CRAS, também é feito o atendimento particularizados no próprio equipamento ou no domicílio do beneficiário. Conforme número apresentados na figura 10:

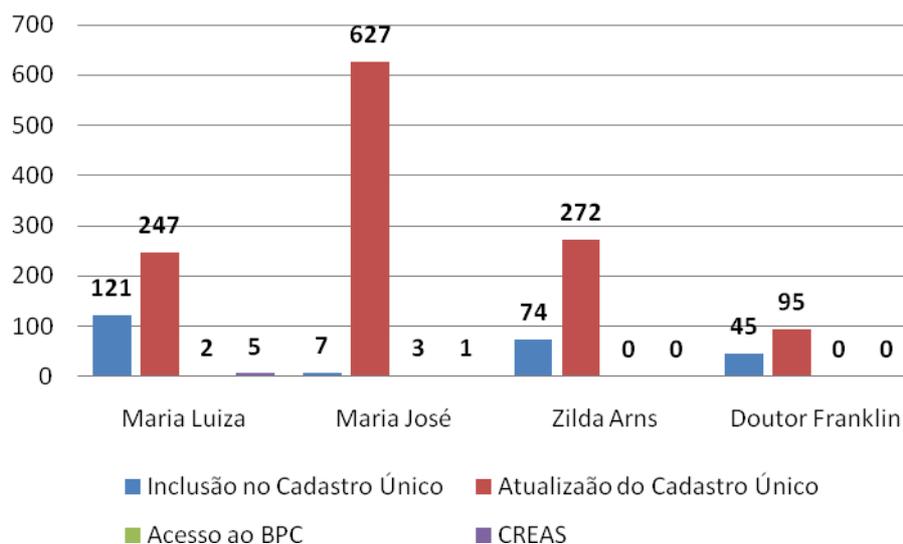
**Figura 10 – atendimentos Particularizados Realizados Pelo CRAS novembro/2020**



Fonte: SAGI (janeiro/2021)

Diante das necessidades encontradas no atendimento, o beneficiário é encaminhado para outros serviços ou equipamentos da rede. Conforme número apresentados na figura 11:

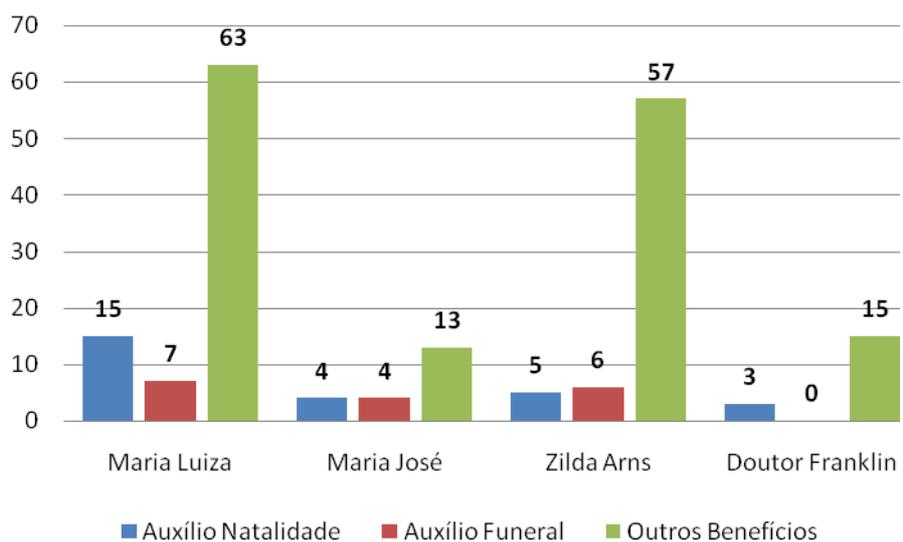
**Figura 11 – Encaminhamentos Realizados pelo CRAS novembro/2020**



Fonte: SAGI (janeiro/2021)

A depender da demanda, o usuário do serviço busca algum tipo de benefícios, conforme a necessidade é concedida. Conforme número apresentados na figura 12:

**Figura 12 – Benefícios Concedidos/Entregues – CRAS novembro/2020**



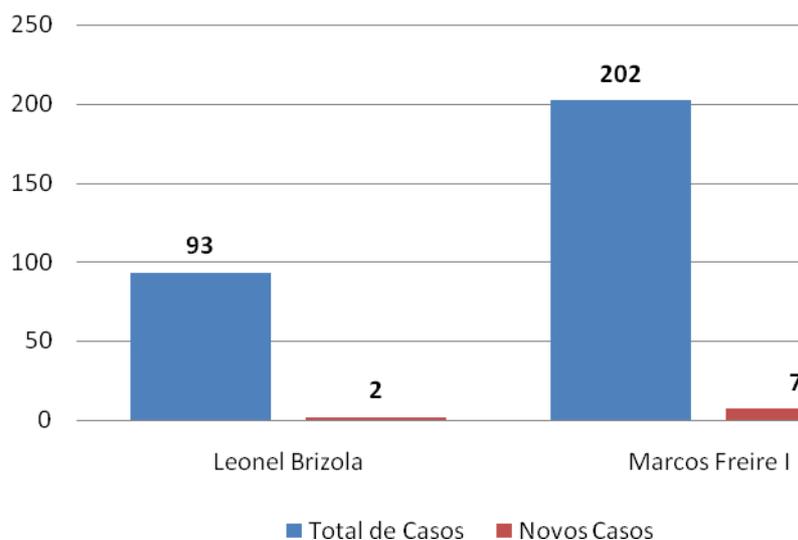
Fonte: SAGI (janeiro/2021)

## CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CREAS

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) é uma unidade pública da política de Assistência Social onde são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados.

Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) é um serviço voltado para famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. Oferece apoio, orientação e acompanhamento para a superação dessas situações por meio da promoção de direitos, da preservação e do fortalecimento das relações familiares e sociais.

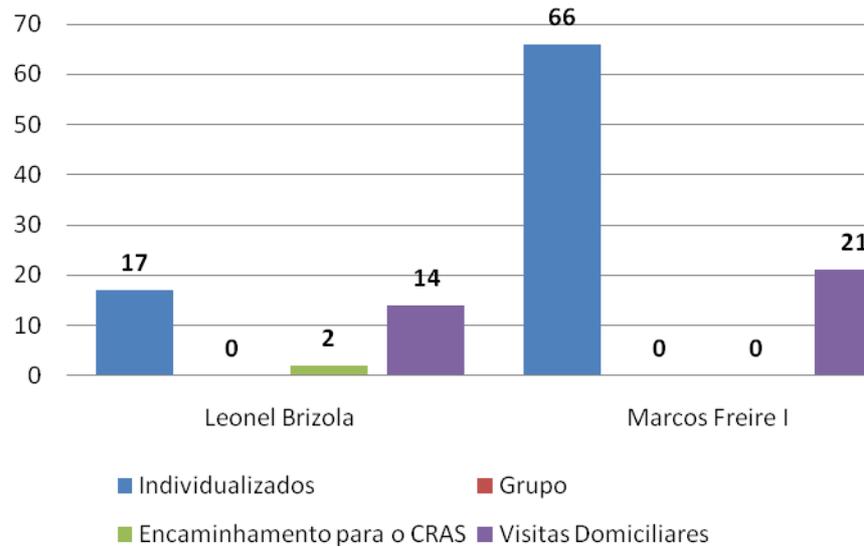
**Figura 13 – Volume de Famílias em Acompanhamento pelo PAEFI dezembro/2020**



Fonte: SAGI (janeiro/2021)

O CREAS realiza atendimentos particularizados no próprio equipamento individualizado, em grupo ou no domicílio do usuário. Bem como também podem fazer encaminhamento para o CRAS. Conforme número apresentados na figura 14:

**Figura 14– Atendimentos Realizados Pelo CREAS dezembro/2020**



Fonte: SAGI (janeiro/2021)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que a consolidação e confiabilidade dos dados que são produzidos pela Vigilância Socioassistencial e do Projeto “Busca Ativa” são processuais e contínuos, logo, reafirmamos que o desafio diz respeito a aplicação de indicadores nacionais as especificidades dos territórios visitados. Logo, os relatórios elaborados, consistem em uma parcela da população de Nossa Senhora do Socorro, destacando-se características de alguns dos territórios que não podem ser generalizados. Cabe dizer também que os dados aqui apresentados consideram as especificidades observadas in loco. Outro desafio está em melhorar a articulação entre as políticas públicas sociais existentes no município, para realização de um atendimento integral e qualificado aos usuários, fortalecendo ainda o uso de informações locais com os dados qualitativos. Quando atingirmos tais metas, será possível uma análise solidificada da política pública, integrando mais elementos conceituais e mais diretrizes e prioridades, o que viabilizará ferramentas mais densas que nortearão as decisões na esfera das políticas sociais.

Mesmo diante de tais limitações, almejamos que o diagnóstico torne-se parte do cotidiano dos profissionais, contribuindo para o planejamento e acompanhamento das ações no âmbito do SUAS. E que sirva também para qualificar a produção de

informações no município e atuação dos agentes públicos e sociedade civil para o fomento do debate a respeito das realidades.

Ademais, retomamos as visitas com todas as medidas de segurança, pois compreendemos que as pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica precisam da garantia dos seus direitos básicos, e diante da crise que os brasileiros estão atravessando, os usuários da Política de Assistência Social não podem ser prejudicados. Por isso, diante do aumento da demanda, também nos colocamos à disposição da SMAS para garantir os direitos da população mais vulnerável do Município de Nossa Senhora do Socorro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. MDS. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

MDS: Brasília, 2009.

BOURDIEU, Pierre. 1983. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero.

DAMATTA, R. A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro:

Rocco, 1997.

FERNANDES, R. M. C. HELLMANN, A. (orgs). Dicionário crítico: política de assistência

social no Brasil (Coleção CEGOV: Transformando a administração pública)– Porto Alegre:

Ed. UFRGS, 2016.320 p.; il.

LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2006.

LEITE, R. P. Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: Ed. da Unicamp; Aracaju: Ed. da UFS, 2004.

NOVAES, R. VANNUCHI, P (orgs.), Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo, Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2004.